



## Senado aprova pena maior para quem maltratar animais

Projeto que segue para a Câmara dos Deputados aumenta pena para maus-tratos de animais dos atuais 3 meses a 1 ano para 1 a 4 anos. Empresas receberão multa

Marcos Brandão/Senado Federal



Eunício Oliveira e senadores recebem defensores dos direitos dos animais, entre eles Luisa Mell e as atrizes Paolla Oliveira e Paula Burlamaqui

O Senado aprovou ontem a ampliação da pena para o crime de maus-tratos a animais. Hoje a pena prevista é de três meses a um ano de prisão, além de multa. O projeto aprovado prevê de um a quatro anos. Estabelecimentos comerciais que concorrem para o crime, mesmo que por omissão ou negligência, também serão multados, podendo pagar até mil salários mínimos.

A proposta foi apresentada pelos senadores Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira na semana passada, depois que um cachorro foi espancado e morto em um supermercado de Osasco (SP).

O projeto tramitou em regime de urgência. Mas a votação em Plenário gerou polêmica. Alguns senadores consideraram o texto muito rigoroso. O senador Telmário Mota, por exemplo, apresentou voto em separado, pois considerou o tempo da pena exagerado e disse temer que a proposta prejudique a vaquejada. **3**

### Lei Orçamentária de 2019 poderá ser votada amanhã

Os dois últimos relatórios setoriais do Orçamento, o de Transporte e o de Defesa e Justiça, foram aprovados ontem, abrindo caminho para a análise do projeto de lei orçamentária. A votação poderá ocorrer amanhã, tanto na comissão como no Plenário do Congresso. **5**

### Vai à sanção novo limite para compra de leite pelo governo

O Plenário aprovou emenda da Câmara ao projeto que estabelece novo limite para compra de leite no Programa de Aquisição de Alimentos do governo. O limite mínimo passa a ser de 35 litros diários. O texto original previa 150 litros diários. O projeto vai à sanção. **3**

### Segue para Câmara projeto que aumenta punição para cartéis

Projeto que dobra a indenização paga por empresas ou grupos econômicos que infringirem a ordem econômica, como cartel, foi aprovada ontem, em decisão terminativa, na Comissão de Assuntos Econômicos e seguirá para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário.

A proposta, de Aécio Neves, relatada por Armando Monteiro, prevê o ressarcimento em dobro ao prejudicado que obtiver reconhecimento na Justiça.

A exceção é prevista para quem celebrar acordo de leniência ou termo de cassação de prática com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nesse caso, o infrator também fica isento de pagamentos por responsabilidade solidária, desde que entregue documentos que permitam estimar o dano decorrente da infração à ordem econômica. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos durante a votação do projeto

### Comissão aprova relatório ao texto que reforma o Código Comercial

A comissão temporária para reforma do Código Comercial aprovou ontem o relatório do senador Pedro Chaves. O projeto segue agora para votação em Plenário.

Elaborado por um grupo de juristas e apresentado pelo senador Renan Calheiros, o texto disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo.

O novo código traz seção específica sobre o comércio eletrônico. As regras se aplicam a empresas que tratam mercadorias, insumos e serviços por meio da transmissão de dados. **7**

Contratos de shopping centers, antes previstos no novo código, foram retirados para "não engessar os negócios", segundo o relator



Jefferson Ruy/Agência Senado

**Congresso deve analisar hoje vetos e créditos **5****

**Fundo Amazônia é discutido na COP-24 **6****

**Desconto em taxa social de luz pode aumentar **6****

### Encartado nesta edição, o *Jornal Senado Mulher*



# Colegiado de MP mantém Ibram no lugar de agência

Relatório da medida provisória que institui órgão regulador para área de museus contraria intenção do governo e propõe manter instituto, que seria extinto, além de criar fundação para arrecadar fundos

A COMISSÃO MISTA da medida provisória que instituiu a Agência Brasileira de Museus (Abram) aprovou ontem relatório preliminar que contraria a intenção do governo de criar o órgão em substituição ao Ibram, que seria extinto.

Projeto de lei de conversão apresentado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) autoriza o Ibram a criar uma fundação sem fins lucrativos, de natureza privada, que terá a responsabilidade de arrecadar e gerir recursos para a aplicação no setor museológico, sem os controles burocráticos que atingem as organizações de direito público.

O relatório da MP 850/2018 ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado. O prazo de vigência da medida, já prorrogado, expira em 18 de fevereiro.

— Fez-se acordo com o governo para a não extinção do Ibram e a não criação da Abram, que seria uma agência que começaria do zero, requereria formação, criação de estrutura nova e cargos para realizar o trabalho junto aos museus. Assim, a solução encontrada pela senadora Lídice da Mata foi a criação de uma fundação de apoio que não está subordinada ao Orçamento e ao teto de gastos, que iria gerir a renda dos museus, como bilheteria, venda de produtos e aluguel de espaços — explicou o presidente da comissão mista, deputado Paulo Teixeira (PT-SP).

A destinação de parte dos recursos que seriam geridos pelo Sebrae à Abram, prevista no texto original da medida, foi retirada do projeto de lei



Senador Antonio Carlos Valadares e deputado Paulo Teixeira, presidente

de conversão.

O texto encaminhado pelo governo alterava a proporção destinada ao Sebrae de 85,75% para 79,75% do adicional às alíquotas das contribuições sociais, passando a diferença de 6% a ser destinada à Abram. A proposição determinava ainda que o Sebrae deveria remanejar, transpor ou transferir para a Abram as dotações orçamentárias aprovadas no seu orçamento referentes ao exercício financeiro no qual a Abram viesse a ser instituída.

Ao relatório da MP, lido pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foram apresentadas 69 emendas, sendo que 33 foram incorporadas ao projeto de lei de conversão.

## Competências

Na avaliação de Lídice, a coexistência, no âmbito da União, de duas instituições voltadas ao setor museológico brasileiro exigiria um estudo abrangente e aprofundado, que contemplasse um amplo diagnóstico do setor, para que se pudesse definir a distinção de objetivos e competências da autarquia e do serviço social autônomo, assim como

as vantagens e desvantagens na adoção do modelo. Não há dúvida de que o instrumento adequado para propor tal mudança seria um projeto de lei, que tramitasse nas duas Casas do Congresso, observa a senadora em seu voto.

O projeto de lei de conversão autoriza o Ibram a instituir fundação privada, com a finalidade de arrecadação, gestão e aplicação de fundos e recursos relativos aos museus brasileiros. A fundação será instituída por prazo indeterminado e com patrimônio inicial integrado por bens previstos em regulamento.

Competirá à fundação, após entendimento formalizado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), colaborar na reconstrução e modernização do Museu Nacional, assim como na restauração e recomposição do seu acervo museal e bibliográfico, até mesmo por meio da instituição de fundo patrimonial privado com o objetivo de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas. O texto autoriza a fundação a celebrar acordos com instituições para cumprir seus objetivos.

# Sessão homenageia memória de Fabrizio Fasano

Uma sessão especial do Senado homenageou ontem a memória do empresário Fabrizio Fasano, que morreu aos 83 anos, no dia 24 de novembro, em São Paulo. A sessão foi requerida pela senadora Marta Suplicy (MDB-SP), apoiada por outros senadores.

Participaram da home-

nagem o filho de Fabrizio, Rogério Fasano, o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e o advogado e amigo da família Guilherme Farhat.

Nascido em Milão, Fasano veio para o Brasil aos dois anos de idade. Com espírito empreendedor, ele ajudou a

ampliar a rede de restaurantes e hotéis que leva o nome da família.

— Italiano de nascimento, mas brasileiro por adoção e sentimento, Fabrizio Fasano foi ousado, inovador, sofisticado, empresário que procurou, em tudo, colocar a qualidade em primeiro lugar. Fabrizio é, verdadeiramente, um ícone, referência e símbolo da gastronomia paulista e brasileira — ressaltou Marta.

Marta lembrou ainda que o grupo Fasano hoje é referência nacional nos setores da gastronomia e da hotelaria, passando de uma confeitaria para um grande conglomerado internacional de restaurantes e hotéis.



Autora do pedido para a homenagem, Marta (C) comandou a sessão

# Sancionada lei de incentivos para indústria automobilística

Foi convertida em lei a medida provisória que criou o programa de incentivos ao setor automotivo, conhecido como Rota 2030. A Lei 13.755 foi publicada ontem com vetos no *Diário Oficial da União*.

A norma cria um novo regime tributário para as montadoras de veículos com o objetivo de estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias.

O Programa Rota 2030 — mobilidade e logística

substituiu o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. Assim como a política anterior, o Rota 2030 baseia-se em incentivos fiscais.

A medida foi aprovada em definitivo no Senado no dia 20 — a MP já havia sido aprovada na Casa em 8 de novembro, mas a Câmara enviou ofícios com correções no texto, que teve de ser reanalisado pelos senadores.

O Rota 2030 foi também regulamentado por um decreto presidencial de 8 de novembro (Decreto 9.557).

# Aécio Neves nega acusações feitas pelo Ministério Público

Aécio Neves (PSDB-MG) falou à imprensa ontem, negando acusações feitas pela Procuradoria-Geral da República. Durante a manhã, a Polícia e o Ministério Público Federais fizeram buscas e apreensões em imóveis do senador e de sua irmã, Andrea Neves, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, em razão das denúncias.

Segundo Aécio, as ações da Polícia Federal foram desnecessárias, já que ele sempre esteve à disposição para dar todos os esclarecimentos. Ele disse ainda que delações de

criminosos confessos não podem se sobrepor à verdade.

— Estamos tratando de doações feitas em 2014, dentro da lei eleitoral vigente e registradas na Justiça Eleitoral. O empresário Joesley Batista, em busca da manutenção de sua incrível imunidade penal, falseia as informações. E transforma algo lícito e legal em algo ilícito — rebateu.

Ele afirmou também que foram encontradas declarações do ex-diretor de Relações Institucionais do grupo J&F Ricardo Saud, dizendo que ele não os tinha ajudado em nada.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CAS Salário mínimo**  
9h Na pauta, extensão até 2023 das regras para o cálculo do salário mínimo.
- CCT Programa Antártico Brasileiro**  
9h Destinação de recursos para o Programa Antártico Brasileiro pode ser votada.
- CDR Segurança de barragens**  
9h Análise do relatório de avaliação de política pública sobre segurança de barragens. Depois, votação de projetos.
- MP 852/2018 Imóveis do INSS**  
9h30 Análise do relatório.
- CCJ Professor americano**  
10h Audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais para recepcionar o professor John P. Bilezikian, da Universidade Columbia. Depois, análise da recondução de Luiz Fernando Bandeira para o CNMP e votação de projetos.
- CRE Resoluções da ONU**  
10h Apresentação de relatório do biênio 2017-2018. Depois, texto sobre cumprimento de resoluções do Conselho de Segurança da ONU pode ser votado.
- CDH Relatório de atividades**  
11h Votação de projetos. Depois, relatório das atividades do biênio 2017-2018.
- CTFC Concorrência desleal**  
11h Na pauta, proposta que pune a concorrência desleal.
- SESSÃO SOLENE Biblioteca do Exército**  
11h30 Homenagem à Biblioteca do Exército.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Medida provisória sobre fundos patrimoniais abre a pauta.
- CONGRESSO Análise de vetos**  
16h30 Votação de vetos e projetos de lei.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe**: <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado**: 0800 612211
- **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)
- **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV**: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

# Aprovado aumento de pena para maus-tratos a animais

De acordo com projeto enviado à Câmara dos Deputados, quem maltratar animais poderá pegar de 1 a 4 anos de cadeia. Estabelecimentos comerciais terão de pagar multa de até mil salários mínimos

O PLENÁRIO APROVOU ontem a ampliação da pena para o crime de maus-tratos a animais. Hoje a pena prevista é de três meses a um ano de detenção, além de multa. Com o PLS 470/2018, a pena agora será de um a quatro anos de detenção, com a possibilidade de multa mantida. O texto, que segue à Câmara, também estabelece punição financeira para estabelecimentos comerciais que concorrerem para o crime.

A sugestão de pena mais rigorosa foi apresentada por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Eunício Oliveira (MDB-CE) na semana passada e teve como motivação o caso de um cachorro espancado e morto em um supermercado, em Osasco (SP). O projeto tramitou em regime de urgência. Por isso, Simone Tebet (MDB-MS) apresentou parecer favorável, em Plenário, pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ).

Antes da votação, Eunício recebeu, na Presidência, as atrizes Paolla Oliveira, Nathalia Dill e Paula Burlamaqui e a apresentadora Luisa Mell, defensoras da causa dos animais, entre outros artistas.

## Debate

O projeto, no entanto, gerou polêmica. Otto Alencar (PSD-BA) disse não se colocar “contra o projeto”, mas questionou a multa aos estabelecimentos. Para ele, a multa deveria ser direcionada somente à pessoa física que cometer o crime. O senador também sugeriu a previsão, no projeto, da possibilidade de defesa contra possíveis ataques de animais.

Guaracy Silveira (DC-TO) também criticou o texto, pedindo “mais sensatez” aos colegas. Já Telmário Mota



Simone Tebet, relatora, e Randolfe Rodrigues, um dos autores do projeto

(PTB-RR) apresentou voto em separado, argumentando que a medida vai “acabar com a vaquejada”. O senador criticou, por exemplo, o tempo da pena, que considerou exagerada. Telmário ainda reclamou da rápida tramitação e lamentou o que chamou de preconceito e hipocrisia dos movimentos que defendem os animais.

Randolfe negou que seu projeto atinja manifestações culturais, como a vaquejada. Para o senador, as posições contrárias são “lobby a favor das rinhas de galo”. Reguffe (sem partido-DF) considerou o projeto “meritório”. Cristovam Buarque (PPS-DF) também manifestou apoio, mas pediu cautela com trabalhadores que usam carroças de tração animal e com a caça para alimentação. Também apoiaram Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Otto Alencar sugeriu emenda para retirar a expressão “indiretamente” do artigo que estabelece a responsabilidade dos estabelecimentos comerciais, para que ela ocorra somente em caso de ação direta. A sugestão foi aceita. Outra sugestão, que excluía do alcance do projeto

os “esportes equestres e a vaquejada”, foi rejeitada.

O projeto determina que estabelecimento que concorrer para a prática de maus-tratos, ainda que por omissão ou negligência, será multado no valor de um a mil salários mínimos (o equivalente a quase R\$ 1 milhão).

Os critérios serão a gravidade e a extensão da prática de maus-tratos, a adequação e a proporcionalidade entre a prática e a sanção e a capacidade econômica da corporação multada. Os recursos serão aplicados em entidades de assistência aos animais.

## Direitos

Projeto do deputado Ricardo Izar (PSD-SP) chegou a ser apensado ao de Randolfe e Eunício. Pelo PLC 27/2018, os animais são considerados “seres sencientes, passíveis de sofrimento” e de “natureza biológica e emocional”.

O texto reconhece os animais como “sujeitos de direitos despersonalizados, dos quais devem gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa”. O projeto foi enviado à Comissão de Meio Ambiente (CMA).

## Medida incentiva doação a projeto de interesse público

O Plenário deve votar hoje a medida provisória que cria os fundos patrimoniais de apoio a instituições de interesse público. O texto deve ser analisado na forma de projeto de lei de conversão da Câmara, apresentado pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Também está na pauta projeto que muda as regras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O PLS 392/2016, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), permite o saque do dinheiro por trabalhadores que pedem demissão.

A MP 851/2018 estabelece um marco regulatório para

captação de recursos privados que constituirão os fundos patrimoniais. O objetivo é que esses fundos sirvam como financiamento de longo prazo para instituições federais, estaduais ou municipais de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos.

A MP permite a criação de fundos patrimoniais e estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto. A relatora incluiu ainda as

áreas de segurança pública e de direitos humanos.

## Moradia

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o Plenário deve ter “um pouco de cuidado” ao votar a mudança no FGTS. Para ele, a proposta pode comprometer o financiamento de moradias populares e saneamento básico.

— O projeto não dá solução, mas cria problemas, especialmente para as pessoas mais carentes e mais pobres, que vivem em áreas de risco. Isso vai desestabilizar o Programa Minha Casa, Minha Vida.

## Vai à sanção limite para compra de leite de pequenos produtores

O Plenário aprovou emenda da Câmara dos Deputados ao projeto que estabelece um novo limite de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal (ECD 1/2018). Conforme o texto aprovado, o limite mínimo passa a ser de 35 litros diários. O projeto segue para sanção presidencial.

A proposta original (PLS 186/2015), de autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), aumentava para 150 litros o limite mínimo diário a ser adquirido, pelo governo, dos pequenos produtores de leite.

Criado em 2003, o PAA permitia, na época da apresentação do projeto, a compra direta dos pequenos produtores, sem necessidade de licitação, de volume de leite correspondente a R\$ 4 mil por semestre (R\$ 8 mil por ano), o que equivaleria a cerca de 22 litros por dia (o valor foi aumentado no final de 2017 para R\$ 9,5 mil por ano).

O texto de Cássio Cunha Lima inovou ao determinar que a compra diária deveria ser baseada em litros e não em valores por período.

Na avaliação do autor do projeto, o programa é importante, mas um limite baixo impede um maior desenvolvimento da atividade leiteira em sua região.

O senador argumenta que,

com o limite que vigorava em 2015, houve uma diminuição em cerca de 80% do número de fornecedores de leite para o PAA na Paraíba, resultando em desemprego no campo e redução da qualidade de vida, com impactos inclusive na saúde pública da população.

O projeto foi aprovado de forma terminativa na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado no final de 2016 e enviado à Câmara em fevereiro de 2017. O texto recebeu uma emenda na Câmara, reduzindo o limite proposto de 150 para 35 litros diários, no mínimo, para a compra direta dos pequenos produtores familiares.

Como foi modificado pelos deputados, o projeto retornou para a análise do Senado e foi enviado à CRA, onde foi ratificado.

A relatora na comissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), reconheceu o mérito da proposta original. Ela, no entanto, apontou “limitação orçamentária” e necessidade de equilíbrio entre as diversas formas de compra do PAA. Então, a relatora apoiou a mudança da Câmara. “Nesse sentido, o limite de 35 litros por dia, proposto e aprovado pela Câmara, mostra-se mais factível e com menor potencial de afetar significativamente outras modalidades do PAA”, registrou a senadora.

## Projeto que simplifica destituição em sociedade limitada é aprovado

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que reduz o quorum de deliberação nas empresas de sociedade limitada (PLC 31/2018). Do deputado Carlos Bezerra (MDB-MT), o projeto segue para sanção presidencial.

A proposta reduz de dois terços para maioria de votos o quorum exigido para destituir do cargo de administrador ou sócio nomeado para a função em cláusula expressa do contrato social. Dispensa ainda a convocação de reunião ou assembleia geral para fins de

exclusão de sócio nas sociedades limitadas composta por apenas dois sócios.

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Anastasia (PSDB-MG), aponta que “o quorum atual é muito elevado e dificulta a exclusão de sócio administrador nomeado em contrato social”. O senador também elogiou a medida que torna desnecessário o agendamento de reunião para a exclusão de sócio em caso de existirem apenas dois sócios.

## RÁPIDAS

### APOIO A PRODUÇÃO DE VACINAS PELA FIOCRUZ GANHA URGÊNCIA

A pedido do senador Paulo Rocha (PT-PA), o Plenário aprovou requerimento de urgência para o PLC 132/2018, que permite o auxílio de fundações de apoio à produção e ao fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), principalmente por meio de projetos de atendimento a demandas internacionais. Assim, o projeto, que aguardava relator em comissão, será incluído na pauta do Plenário de hoje.

### PROFISSÃO DE PSICOMOTRICISTA SERÁ REGULAMENTADA

O Plenário aprovou projeto que regulamenta a profissão de psicomotricista. O texto do PLC 74/2018 será encaminhado à sanção. O psicomotricista usa técnicas de estimulação e interação com o ambiente para tratar de deficiências de desenvolvimento em crianças ou transtornos em adultos. A atividade poderá ser exercida por profissionais registrados em conselho com diploma de curso superior e que tiverem especialização na área cursada até 48 meses após a promulgação da lei.

# Aumento da punição a cartéis vai à Câmara

Proposta aprovada estabelece o ressarcimento em dobro aos prejudicados que recorram à Justiça, aprimorando a legislação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

**DOBRAR A INDENIZAÇÃO** paga por empresas ou grupos econômicos que praticarem infração à ordem econômica, como o cartel, é um dos objetivos de projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, do senador Aécio Neves (PSDB-MG), estabelece o ressarcimento em dobro aos prejudicados que recorrerem à Justiça, alterando a legislação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Por ter recebido decisão final na CAE, se não houver recurso para avaliação em Plenário, o PLS 283/2016 segue para a Câmara.

— O projeto visa fomentar a competição na nossa economia, fortalece os instrumentos à disposição do sistema de defesa da concorrência do país ao inibir e dissuadir a prática de cartéis, tão prejudicial aos pequenos e médios produtores que compram insumos mais caros dos oligopólios e aos consumidores, em última instância, que são onerados com preços mais elevados dos produtos finais — defendeu o relator na CAE, senador Armando Monteiro (PTB-PE).

Exceção é feita a quem



Armando Monteiro relatou o projeto, aprovado ontem em decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos

celebrar acordo de leniência ou o termo de cessação de prática (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia que zela pela livre concorrência.

“O infrator com acordo de leniência ou com TCC não paga dobrado, e ainda fica isento de pagamentos por responsabilidade solidária, desde que entregue documentos que permitam a estimação do dano decorrente da infração à ordem econômica”, explicou Armando.

O relator eliminou o dispositivo que determinava que a multa seria proporcional ao tempo de duração do delito.

“Prever o momento exato do início da prática poderia inviabilizar a cobrança pela dificuldade de comprovação”, salientou no texto.

## Prescrição

Armando lembrou que a legislação em vigor (Lei 12.529, de 2011) já pune as infrações à ordem econômica com multa administrativa de até 20% do

faturamento bruto da empresa, de acordo com a gravidade da situação, o que ele considera suficiente para punições rigorosas e diferenciadas.

Ficou determinado em cinco anos o prazo de prescrição para quem tiver a pretensão de pedir reparos dos danos causados pela infração à ordem econômica. Isso facilitará a ação de reparação de danos na esfera civil, já que o prazo ampliado só começa a contar a partir da decisão do Cade, considerada a “ciência

inequívoca do ilícito”, segundo alteração proposta.

Para Armando, o projeto é um incentivo para quem busca a reparação de danos, pois a vítima não apenas será ressarcida do prejuízo que lhe foi imposto pelo infrator como também será beneficiada com um valor equivalente ao dobro do dano causado.

## Arbitragem

O relator inseriu outras alterações, como a que estabelece, em relação aos beneficiários dos acordos de leniência, que aceitem a obrigação de se submeter à arbitragem para fins de reparação de danos quando a parte prejudicada tomar essa iniciativa.

Outra alteração aprovada diz que a decisão do plenário do Cade deve ser aceita para fundamentar a concessão de “tutela da evidência”, ou quando há elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que a proposta se relaciona com a pauta de desburocratização que a CAE adotou nos últimos anos.

## Comissão aprova sistema sobre licitações na internet

Todas as informações referentes a licitações e contratos da administração pública devem ser consolidadas e publicadas na internet, no Sistema Unificado de Licitações. A criação do sistema é prevista em projeto (PLS 35/2016), do senador Magno Malta (PR-ES), aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Caso não haja recurso, o

projeto seguirá direto para a Câmara.

Órgãos da administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios devem se integrar à plataforma, que abrigará também os bancos de dados de registro de preços e de cadastro de fornecedores.

Para Malta, a proposta promoverá transparência e economia nos contratos públicos

e facilitará o efetivo controle pelo cidadão dos processos de licitação e contratação.

A relatora, Simone Tebet (MDB-MS), considera um meio de combate à corrupção. Ela apresentou emenda para atribuir ao Poder Executivo a responsabilidade pela criação e manutenção do sistema. Em outra emenda, ela sugeriu que a medida seja implementada em 365 dias depois de virar lei.

## Avança novo tipo de parceria com a iniciativa privada

Uma nova forma de parceria entre o poder público e a iniciativa privada está sendo estudada pelo Senado. É o Contrato de Impacto Social (CIS), previsto em um projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O CIS é um contrato em que um órgão público ou privado, com ou sem fins lucrativos, se compromete a atingir determinadas metas sociais, mediante pagamento pelo poder público.

O autor do PLS 338/2018, Tasso Jereissati (PSDB-CE), explica que o modelo já vem sendo implantado com sucesso em países como Portugal e Espanha e por grandes metrópoles, como Nova Iorque.

Além disso, seria uma forma de ampliar o engajamento da iniciativa privada em projetos sociais para além da filantropia. Segundo Tasso, é possível aplicar esse modelo, por exemplo, na recuperação de presidiários ou para melhorar os indicadores de educação.

— Uma organização, seja uma ONG, uma instituição ou uma empresa, se propõe a atingir aquele objetivo do governo federal, estadual ou municipal mediante remuneração, que pode ser, por exemplo, que tantos por cento dos ex-condenados não voltem a rescindir e você propõe 10 anos para esse trabalho de recuperação — explicou.

A proposta de Tasso ganhou nova redação da relatora,

Lúcia Vânia (PSB-GO), que alterou trechos do projeto e acrescentou novos dispositivos para atender recomendações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, como exigências que devem constar no edital de licitação.

Conforme o texto aprovado, a assinatura do CIS, que poderá ter duração de até 10 anos, será precedida de licitação, observado o procedimento previsto na legislação. Além disso, a seleção poderá adotar outros critérios como o menor preço e maior impacto social ou ambiental.

O PLS 338/2018 será votado nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

## Ana Amélia pede que Câmara aprove fim do foro privilegiado para crimes comuns

A senadora Ana Amélia (PP-RS) manifestou ontem apoio ao fim do foro privilegiado no caso de crimes comuns e pediu a aprovação de proposta de emenda à Constituição com esse objetivo (PEC 10/2013) que tramita na Câmara antes do seu ar-



quivamento ao fim da legislatura.

O texto, do senador Alvaro Dias (Pode-PR), já foi aprovado no Senado.

Ana Amélia também voltou a defender a regulamentação do lobby, prevista entre as medidas de combate à corrupção.

## Fátima Bezerra diz que cessão onerosa pode amenizar situação fiscal dos estados

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou ontem que o Senado, ao analisar a proposta que permite à Petrobras vender até 70% do direito de exploração do pré-sal, tem a oportunidade de amenizar a grave situação fiscal de estados e municípios.



Ela citou a situação fiscal do Rio Grande do Norte, que está com dificuldades de pagar o salário do funcionalismo estadual, mas que,

com a aprovação da proposta, poderia receber cerca de R\$ 600 milhões com a partilha de recursos de leilões de petróleo.

## RÁPIDAS

### PLENÁRIO APROVA CRÉDITO DE US\$ 44,9 MILHÕES PARA O PIAUÍ

O governo do Piauí poderá fazer empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 44,9 milhões, para investir no Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal (Prodaf). A autorização foi aprovada ontem no Plenário em regime de urgência.

Mais cedo a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já havia dado aval para o pedido.

### ELEITOS DIRIGENTES DE COMISSÃO DA MP DE COMPRA DE ENERGIA

Foram eleitos ontem os dirigentes da comissão mista que analisará a medida provisória que dá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o poder de contratar temporária e emergencialmente empresas de distribuição de energia elétrica (MP 856/2018). O deputado Marx Beltrão (PSD-AL) será o presidente, o vice será o senador Lasier Martins (PSD-RS) e o relator, o senador Ciro Nogueira (PP-PI).

# Orçamento de 2019 pode ser votado amanhã

Dois últimos relatórios setoriais, o de Transporte e o de Defesa e Justiça, foram aprovados ontem, abrindo caminho para a votação da lei orçamentária em comissão e no Plenário

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem os dois últimos relatórios setoriais que compõem a análise do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018). Foram avaliados os pareceres das áreas de Transporte e de Defesa e Justiça, apresentados, respectivamente, por Wilder Moraes (DEM-GO) e Wellington Fagundes (PR-MT). Com isso, os líderes se articulam para tentar votar o relatório-geral até amanhã, tanto na CMO quanto no Congresso.

Os relatórios setoriais analisam os orçamentos dos diversos Poderes e órgãos públicos de forma individual. São 16 ao todo. Os outros 14 já tinham sido aprovados há duas semanas. O traba-



O relator-geral, Waldemir Moka (D), ouve a apresentação do relatório setorial de Wellington Fagundes (3º à esq.)

lho é complementar ao do relator-geral, Waldemir Moka (MDB-MS), na definição das despesas públicas.

Agora o senador redigirá o relatório-geral, última etapa de tramitação da proposta na CMO. Moka promete entregar

o texto amanhã.

O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA), marcou uma reunião para as 18h, para votar o relatório, que poderá ser analisado logo depois no Plenário do Congresso Nacional

— propostas orçamentárias são votadas pelos deputados e senadores.

Negromonte Jr. disse que está sendo articulado um amplo acordo, envolvendo todos os partidos, para garantir a votação do parecer final

no Plenário do Congresso amanhã.

Hoje haverá sessão do Congresso para votar 17 projetos de crédito e 8 vetos presidenciais. A intenção, segundo o deputado, é limpar a pauta na sessão, deixando a do dia seguinte apenas para a proposta orçamentária.

## Diplomação

Os defensores da votação rápida do projeto argumentam que esta é a semana decisiva para votar o Orçamento de 2019. Na próxima semana, os deputados e senadores reeleitos em outubro serão diplomados pela Justiça Eleitoral em seus estados, na terça e quarta-feiras, e isso deve esvaziar a Câmara e o Senado.

Com Agência Câmara

## Congresso deve decidir hoje sobre créditos e vetos presidenciais

Sessão conjunta do Congresso Nacional foi convocada para hoje, às 16h30. Está prevista a votação de 8 vetos presidenciais e a liberação de 17 créditos especiais. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, quer limpar a pauta para a discussão do Orçamento de 2019 (PLN 27/2018).

Entre os projetos, será analisado o PLN 17/2018, que abre crédito de R\$ 2,9 milhões para as Justiças Federal e Eleitoral. A maior parte (R\$ 2,7 milhões) irá para obras de segurança e acessibilidade no juizado especial federal de Barueri (SP).

Também será votado crédito especial de R\$ 33,4 milhões em favor das empresas Furnas Centrais Elétricas, Petrobras Gás, Eólica Mangue Seco 2 e Transportadora Associada de Gás (PLN 32/2018). Do montante, Furnas terá R\$ 27 milhões para implantação de sistemas de geração de energia elétrica utilizando fonte fotovoltaica.

## Vetos

Na lista de vetos pendentes de votação, está o que permite que até 20% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento de empresas de tecnologia beneficiadas por isenção tributária sejam destinados à administração e à compra, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de pesquisa (Veto 19/2018).

Também na pauta, o Veto 20/2018, ao projeto que inclui no Sistema Único de Segurança Pública (Susp) as ações socioeducativas e considera atividades de agentes penitenciários e peritos criminais como de natureza policial, permitindo à categoria pleitear esse tempo de serviço para se aposentar.

Já o Veto 22/2018 muda o método de cálculo dos encargos incidentes sobre empréstimos não rurais em fundos constitucionais de financiamento (MP 812/2017).

## Avança regulamentação de fundos previdenciários de servidores

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que estabelece regras para as aplicações financeiras feitas por fundos de previdência complementar de servidores públicos.

O PLS 411/2014 será votado agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta restringe as aplicações a bancos confiáveis e responsabiliza gestores por práticas fraudulentas. Também elabora uma lista de requisitos que devem ser cumpridos pelos gestores nomeados para administrarem a previdência dos servidores.

Esses profissionais não podem ter condenação criminal ou penalidade administrativa, não podem ter exercido atividade partidária nos dois anos anteriores à sua nomeação e não podem ter contratos com órgãos de previdência nos três anos anteriores à sua nomeação. Além disso, eles precisam ter formação superior, certificação específica do Ministério da Fazenda e experiência comprovada em uma das seguintes áreas: financeira, administrativa, jurídica, contábil, atuarial, de fiscalização ou de auditoria.

Os membros dos conselhos deliberativos, fiscal e do comitê de investimento

desses órgãos também não podem ter condenação criminal ou penalidade administrativa.

No caso de infração administrativa, poderão ser responsabilizados os gestores e conselheiros, os responsáveis pelos poderes ou órgãos públicos pertinentes e também os profissionais e empresas que prestem serviços técnicos ao regime previdenciário. A apuração da infração será por meio de processo administrativo, com ampla defesa e contraditório.

Já em hipótese de prejuízo aos segurados pelo regime próprio, o ressarcimento será solidário entre várias partes.

## Punição

A punição por gestão fraudulenta ou temerária dos recursos do fundo previdenciário também fica definida no texto. Segundo a proposta, a pena para os gestores dos fundos que emitirem opinião, estudo, parecer, relatório ou demonstração contábil em desacordo com as boas práticas ou com a regulamentação será entre dois e seis anos de prisão e multa. Podem ser responsabilizados os gestores e conselheiros dos fundos e os seus prestadores de serviço.

Também fica estabelecido que a pena

para crimes financeiros em geral pode ser elevada até o seu dobro se esses crimes forem cometidos contra órgãos de previdência complementar ou contra o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, Otto Alencar (PSD-BA). O senador explica que a proposta tem o mérito de dar mais segurança ao sistema previdenciário, protegendo os seus recursos contra práticas escusas ou irresponsáveis.

O substitutivo expandiu o alcance da versão original, de Kátia Abreu (PDT-TO). Ao justificar o projeto, a senadora lembrou de fraudes praticadas em fundos de previdência como o descoberto pela Operação Miquéias, da Polícia Federal, deflagrada em setembro de 2013. A investigação apontou a existência de uma organização criminosa que lavava dinheiro desviado de transações realizadas por prefeituras com recursos previdenciários.

A CCJ agora dará parecer final sobre o projeto. Caso seja aprovado, ele poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, a menos que haja requerimento para levá-lo a Plenário.

## Comissão analisa medida que transfere imóveis do INSS à União

A comissão mista que analisa a MP 852/2018 adiou para hoje, às 9h30, a votação do relatório do senador Dário Berger (MDB-SC). A medida transfere 3,8 mil imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) à União e extingue o fundo da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando imóveis que poderão ser vendidos.

Dário alterou o relatório lido em 5 de dezembro. Das 47 emendas apresentadas, o relator acatou 30 — 2 a mais que anteriormente. O deputado Hugo Leal (PSD-RJ) pediu mais tempo para analisar as propostas.

As alterações incluem emenda que facilita a venda direta de imóveis, sem licitação. Além disso, é retirada a previsão de, depois de leilões fracassados,

ser concedido desconto de 10% nos valores dos imóveis. Para ele, a previsão esvazia a disputa. Em contrapartida, o relator propôs que o desconto seja oferecido durante o leilão.

As novas mudanças apresentadas incluem a previsão de doação de imóveis para Santa Catarina e para o Ceará, onde imóvel do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs) no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi abriga cerca de 270 famílias, predominantemente produtores rurais.

A doação de parques urbanos federais aos municípios e ao Distrito Federal também foi incluída no texto. A intenção é diminuir os gastos da União com manutenção e vigilância.

O relator tratou ainda da redefinição dos traçados do Parque Nacional de Brasília, para viabilizar o acesso ao Taquari e possibilitar economia de R\$ 25 milhões na obra. O texto também retira da Floresta Nacional de Brasília (Flona) áreas já habitadas para garantir condições dignas aos moradores. Dário propôs ainda a regularização do Parque Nacional de São Joaquim (SC).

O deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, se disse contra a mudança de limites de parques nacionais. De acordo com ele, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que a redução de áreas ambientais protegidas não pode ser feita por medida provisória.

# Comissão aprova desconto maior de energia elétrica em tarifa social

Projeto prevê que abatimento pode chegar a 70% da conta para consumidor de baixa renda que utilizar até 50 quilowatts-hora por mês

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem aumento de desconto para os consumidores beneficiados pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). É o que prevê projeto de Roberto Rocha (PSDB-MA), que segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

A TSEE é um programa que dá descontos na conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal e para famílias com integrantes que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O PLS 260/2017 determina a concessão de desconto de 70% para quem consome até 50 quilowatts-hora (KWh) por mês. Entre 51 KWh e 150 KWh, por mês o desconto será de

50%. Se a faixa de consumo ficar entre 151 KWh e 250 KWh, o desconto cai para 20%. Não haverá benefício para quem consumir acima de 250 KWh por mês.

A lei atual estabelece descontos menores: 65% para consumo de até 30 KWh, 40% se o consumo ficar entre 31 KWh e 100 KWh e 10% de desconto caso o consumo fique entre 101 KWh e 220 KWh. Não há desconto para consumo acima de 220 KWh mensais.

## Alcance

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), votou a favor da iniciativa e não apresentou emendas. Segundo ele, a ampliação do alcance da tarifa social é uma justa iniciativa num país de tanta desigualdade social, onde milhões de cidadãos vivem no



Os descontos vão de 70% a 20%, de acordo com a faixa de consumo

limiar da linha de pobreza.

“O reposicionamento das faixas e dos descontos vem oportunamente em socorro desses cidadãos, que, incapazes de mudar sua condição socioeconômica por virtual falta de oportunidades, tem nas ações do Estado uma oportunidade de corrigir situações

nas quais o mercado falha em prover condições dignas aos cidadãos”, afirma no relatório.

Otto lembrou ainda que a tarifa social é subsídio cruzado, por meio do qual a população de renda mais elevada contribui para a mitigação das carências da população de baixa renda.

## Na COP-24, parlamentares debatem investimentos no Fundo Amazônia

Guilherme Oliveira, de Katowice, na Polônia

A comitiva de parlamentares brasileiros na 24ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-24), em Katowice, na Polônia, se reuniu ontem com um grupo de congressistas da Noruega para debater a parceria entre os países no Fundo Amazônia. Foi o segundo encontro com esse teor no evento. Na segunda-feira, a conversa foi com parlamentares da Alemanha.

Os dois países europeus estão entre os principais investidores do fundo. Gerido pelo

BNDES, o Fundo Amazônia é um canal de financiamento de projetos de conservação e sustentabilidade. Atualmente, 102 iniciativas são apoiadas pelo programa, somando mais de R\$ 1,8 bilhão aportados.

O apoio internacional é crucial para o funcionamento do fundo, mas a sua manutenção depende de transparência e de resultados. O senador Jorge Viana (PT-AC), relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC), afirmou que o país terá muito a lucrar se aprimorar esforços pelas metas de preservação ambiental.

— O Brasil ainda não descobriu que a implementação do Acordo de Paris pode trazer grandes negócios. O cumprimento dos compromissos assumidos pode gerar recursos para o agronegócio, a agricultura familiar e a agenda florestal — afirmou.

O apoio ao Fundo Amazônia é visto como um investimento que também beneficia quem o faz. O congressista Espen Barth Eide, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento norueguês, reconheceu que o seu país ficou rico por meio de emissões de gases poluentes e afirmou que, agora, o melhor uso possível do seu dinheiro servirá para garantir que o planeta não sofra consequências irreversíveis com o aquecimento global.

— Decidimos ajudar o Brasil não exatamente pelo Brasil, mas pelo bem das florestas tropicais que estão lá. É do interesse de todos que elas não sejam destruídas — disse Eide, que foi ministro das Relações

Exteriores da Noruega entre 2012 e 2013.

O Acordo de Paris prevê ferramentas de compensação financeira pelo sucesso na redução das emissões de gases poluentes. Chamado de REDD+, o programa é focado em iniciativas de combate ao desmatamento. Mato Grosso recentemente se qualificou para receber um aporte financeiro da Alemanha, que deve chegar até o fim do ano.

A representante da secretaria de Meio Ambiente do estado, Alcilene Freitas, disse que a liberação dos recursos é resultado de um trabalho de dez anos, que começou com um fórum de mudanças climáticas, passou pela aprovação de uma política estadual sobre o tema e culminou com a “recompensa” vinda dos alemães. Foram eles que estabeleceram negociações para encaminhar e aplicar o dinheiro. Segundo ela, 40% dos recursos ajudam a estrutura de governo “e 60% tem que ir para a ponta”.



Capiberibe (E), Lídice (C) e Jorge Viana (D) em reunião na Polônia

## Vanessa Grazziotin critica privatização da Amazonas Energia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou ontem a privatização da empresa geradora e distribuidora de energia elétrica do seu estado, ocorrida segunda-feira. Segundo ela, a mudança de regulamentação do setor praticamente inviabilizou o funcionamento da Amazonas Energia.

De acordo com a senadora, houve um aumento brusco no endividamento da empresa, que hoje supera os R\$ 20 bilhões.

Mas, destacou Vanessa, foi um ótimo negócio para o comprador, que pagou um preço simbólico de R\$ 50 mil e recebeu a Amazonas Energia saneada. Segundo a senadora, a enorme dívida foi repassada para os cofres da União, de acordo com medida provisória editada pelo governo Temer.

## Requião despede-se do Senado e alerta sobre novo governo

Ao se despedir do Senado, Roberto Requião (MDB-PR) manifestou preocupação quanto aos rumos que o Brasil seguirá no governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Para o senador, a aliança anunciada entre militares e representantes do capital financeiro de orientação ultraliberal, os quais comporão o futuro governo, acarretará prejuízos à democracia brasileira, podendo até mesmo levar à “repressão e ao massacre” de setores que venham a se opor ao governo. Para ele, as chances de sucesso do novo governo são pequenas.

— A política invadiu os quartéis. Ou o general Villas Bôas vai dizer, como [o juiz] Sérgio Moro, que os militares, no governo, são técnicos?



Jefferson Ruy/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Comissão aprova texto do Código Comercial

Projeto elaborado por comissão de juristas, apresentado por Renan Calheiros e aprovado na forma do relatório de Pedro Chaves segue agora para análise do Plenário

A COMISSÃO TEMPORÁRIA para reforma do Código Comercial aprovou ontem o relatório de Pedro Chaves (PRB-MS). Elaborado por um grupo de juristas e apresentado por Renan Calheiros (MDB-AL), então presidente da Casa, o projeto disciplina a organização e a exploração de empresas nas áreas de direito societário, contratual, cambial e comercial marítimo. O PLS 487/2013 segue ao Plenário.

Chaves apresentou a primeira versão do relatório em 21 de novembro. Ontem, ele anunciou uma complementação de voto com mais de 20 mudanças. A principal delas é no registro público de empresas. Segundo o relatório anterior, lei estadual poderia autorizar a concessão dos serviços das juntas comerciais para a iniciativa privada, mediante prévia concorrência. A complementação de voto admite a concessão, mas apenas aos cartórios de registro civil das pessoas jurídicas.

— Essas serventias já exercem a atividade de registro de pessoas jurídicas e são exercidas por um agente público concursado sob a rigorosa fiscalização do Poder Judiciário.

O relator também retirou do texto uma das novidades inicialmente previstas para o Código Comercial: os contratos de shopping centers. Segundo Chaves, a mudança tem objetivo de “evitar riscos

de engessamento jurídico dos negócios”. O senador também acrescentou um artigo no texto anterior: o que veda a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações comerciais entre empresários, o que tem acontecido atualmente.

O novo código mantém uma seção específica sobre o comércio eletrônico. As regras se aplicam a empresas que contratam mercadorias, insumos e serviços por meio da transmissão de dados. Mas o relator retirou do texto um artigo que protegia o microempresário e o empresário de pequeno porte nas relações de comércio eletrônico com empreendedores de maior porte.

Chaves também suprimiu dispositivos que detalhavam regras para o agronegócio. Para ele, “a generalidade exigida para um código desaconselha uma disciplina minuciosa de uma atividade empresarial específica”. O relator excluiu ainda a possibilidade de cancelamento sumário do registro de empresas e a extinção presumida de sociedades. Os temas serão regulados pela legislação específica de registro público.

A nova versão do código modifica um artigo que trata da criação de varas judiciais especializadas em direito comercial ou empresarial. Elas poderão ser instituídas pelos estados a partir de critérios definidos pelo Poder Judiciário.



Pedro Chaves apresentou ontem uma complementação de voto com mudanças que aperfeiçoaram o relatório

## Proposta define empresário formal, individual e informal

O texto aprovado ontem classifica como empresa a atividade econômica organizada para produção de bens e serviços. Define como empresário formal aquele inscrito no Registro Público de Empresas (antigas juntas comerciais) e admite a existência do empresário individual, que poderá se inscrever por meio eletrônico.

O novo código pune a concorrência desleal com pagamento de indenização, sanções penais e administrativas e condena a concorrência parasitária. Define o comércio eletrônico como aquele em que as partes se comunicam e contratam por meio da transmissão de dados.

O projeto define ainda os tipos de sociedade possíveis: limitada, anônima, em nome coletivo e em conta de participação. Desaparece o conceito de sociedade empresária.

O texto trata de operações societárias: transformação, incorporação, fusão e cisão de empresas. Trata ainda de casos de recuperação e falência e regulamenta as obrigações dos empresários.

A pessoa física ou jurídica residente no exterior só pode participar de sociedade no Brasil se mantiver representante permanente no país. O código também regula o processo empresarial, que deve respeitar os princípios

de autonomia das partes, presunção de igualdade real e intervenção mínima.

Os empresários envolvidos podem optar por não se sujeitar às normas processuais estabelecidas no código e definir regras particulares para a solução de controvérsias.

São mais de 200 artigos dedicados ao direito marítimo. Para o comércio marítimo, o novo código adota o princípio da informalidade.

A comissão temporária para reforma do Código Comercial foi instalada em dezembro de 2017 e realizou 19 reuniões ao longo do último ano. Foram 15 audiências, que receberam mais de 60 especialistas.

## Texto para estimular novas ferrovias é acatado em colegiado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que permite à iniciativa privada a construção e a operação de suas próprias ferrovias. A permissão seria feita em regime de direito privado por autorização do Poder Executivo, após chamada pública. O projeto (PLS 261/2018) agora segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De autoria do senador José Serra (PSDB-SP), o texto estabelece que as autorizações não terão vigência predefinida, sendo extintas por cassação, caducidade, decaimento, renúncia, anulação ou falência. Para isso, estabelece que a União tem a competência de fiscalizar e regular o modelo e arbitrar conflitos.

Serra aponta que as ferrovias transportam apenas 15% das cargas no país, a mesma proporção de meados

da década de 1990.

“Em extensão de trilhos ativos, retrocedemos aos níveis de 1911, apesar de todos os avanços em produtividade e segurança possibilitados pelas concessões ferroviárias. A grande maioria de nossas metrópoles está acometida de engarrafamentos que poderiam ser fortemente reduzidos pela extensão da rede de trilhos”, afirma na justificativa.

### Infraestrutura

Para Serra, com sua proposta, a extensão das ferrovias não ficaria na dependência de investimentos públicos ou de concessão.

A presença estatal seria mantida em segmentos onde fosse necessária, por razões de cunho social — seja explorando diretamente ou por concessão, seja atraindo investimentos privados para a construção da infraestrutura

onde haja interesse do mercado.

Segundo o autor, no caso de trens de passageiros existe o mito de que são antieconômicos, precisando ser subsidiados. No entanto, diz Serra, a experiência japonesa e a norte-americana mostram que a exploração imobiliária do entorno das estações permite serviços de transporte de passageiros integralmente privados.

A relatora, Lúcia Vânia (PSB-GO), entende que o projeto pode ajudar a diminuir o “custo Brasil”, aumentar a produtividade do mercado interno, desonerar o Estado e aumentar a competitividade das áreas beneficiadas. A senadora apresentou apenas emendas de redação. Paulo Rocha (PT-PA) ponderou que é preciso incluir na proposta a integração das hidrovias, modal importante na Região Norte. Ele afirmou que vai propor aperfeiçoamentos na CI.

## Avança projeto que usa Fundo de Aviação Civil para ampliar aeroportos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta para facilitar a ampliação de aeroportos. O PLS 468/2017 autoriza o uso dos recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) para desapropriações de áreas destinadas ao incremento da infraestrutura aeroportuária. O texto, que é do senador Dalirio Beber (PSDB-SC), segue agora para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Para o senador, a ampliação de aeroportos esbarra na indisponibilidade de área, cuja solução passa pela desapropriação, processo com altos custos jurídicos e econômicos.

O relator, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), concordou com a iniciativa e não apresentou emendas. Segundo ele, a legislação já admite implicitamente essa hipótese, mas não está suficientemente claro que os recursos do Fnac possam ser utilizados em desapropriações.

“A aprovação poderá viabilizar o enfrentamento mais ágil dos gargalos da infraestrutura dos aeroportos, trazendo desenvolvimento e maior competitividade dos nossos produtos”, observou Bezerra, que apontou que não há impacto orçamentário.

## Trabalho da Comissão de Agricultura é destacado em reunião

A última reunião em 2018 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) foi uma prestação de contas dos trabalhos no biênio 2017-2018. O presidente, Ivo Cassol (PP-RO), apresentou relatório sobre os temas debatidos em audiências públicas, falou sobre os projetos aprovados e fez

um balanço do trabalho dos senadores no colegiado.

Na avaliação do senador, que deixa a Casa ao fim desta legislatura, o trabalho da comissão beneficiou o agronegócio brasileiro. Ele contou que houve 66 reuniões no biênio.

Cassol lembrou que a política pú-

blica avaliada pela comissão em 2017 foi a pesquisa agropecuária. Em 2018, o olhar do colegiado esteve voltado para os Programas Garantia-Safra e de Aquisição de Alimentos. Para todos os casos, a senadora Ana Amélia (PP-RS) entregou relatórios com avaliação e sugestões.

# Educação infantil no país estagnou, conclui relatório

Avaliação aprovada em comissão conclui que falta coordenação entre municípios e União e propõe priorizar os cidadãos com menor renda

AS METAS RELACIONADAS à educação infantil no Plano Nacional de Educação (PNE) têm sido executadas de forma pouco coordenada e muito mal articulada, gerando desperdício de recursos e ineficiência. Essa foi a conclusão da avaliação do cumprimento da meta 1 do PNE, relacionada à educação infantil, por parte do poder público. A avaliação foi coordenada pelo senador Pedro Chaves (PRB-MS) e seu relatório foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE).

Para o senador, o PNE não está conseguindo passar imune às turbulências fiscais e políticas que o Brasil atravessa desde 2014.

— Esse cenário tem se refletido em todas as metas do PNE. E na meta 1, sob a responsabilidade dos municípios e dependente de apoio federal, isso fica ainda mais evidente. Houve descontinuidades na gestão, acompanhadas de um grave quadro fiscal e de recessão.

A meta 1 do PNE propõe universalizar a educação infantil na pré-escola para as



Senadoras Regina Sousa e Lúcia Vânia, que preside a reunião da comissão

crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta da educação infantil em creches atendendo pelo menos 50% das crianças de até 3 anos até 2024.

Segundo o relatório, uma articulação mais eficiente entre os gestores das diferentes esferas federativas tornou-se indispensável. E o novo desenho institucional deve contar com a participação mais efetiva dos governos estaduais, que, salvo poucas exceções, não se envolvem na educação infantil, afirma o relatório.

Para a presidente da CE, senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), a educação infantil continua longe de ser considerada uma prioridade pelo governo federal. Ela lamentou que “o poder público como um todo permanece totalmente indiferente às enormes filas que se formam madrugadas adentro, todos os anos, de mães em busca

de creches para seus filhos”. Para a senadora, não priorizar a educação infantil reproduz o ciclo de pobreza e miséria que atinge hoje a maior parte das famílias brasileiras.

O relatório de Chaves propôs uma série de medidas ao governo federal. Entre elas, o senador defende que programas de ampliação da cobertura da educação infantil priorizem os 20% de menor renda entre os brasileiros. A Comissão detectou que justamente esse segmento, o mais vulnerável, tem sido o último a ser abarcado pelas políticas.

A CE também quer que as visitas domiciliares do programa Criança Feliz sejam aproveitadas na busca por crianças que estejam fora da pré-escola, e também no levantamento da demanda por creches. Hoje este tipo de levantamento não é realizado.

# Avança adesão ao Prouni para instituições públicas pagas

Instituições estaduais e municipais públicas pagas poderão aderir ao Programa Universidade para Todos (Prouni). É o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 394/2018 segue para a Comissão de Educação (CE).

O Prouni concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, com ou sem fins lucrativos. O objetivo da proposta, do senador Airtton Sandoval (MDB-SP), é facilitar o acesso de estudantes carentes também nas instituições públicas pagas.

Diferentemente das universidades federais, o ensino superior nas instituições municipais e em algumas estaduais é pago pela cobrança de mensalidade dos alunos, embora não possuam fins lucrativos. Isso ocorre porque o princípio de ensino gratuito não se aplica às universidades criadas por lei estadual ou municipal antes da promulgação da Constituição e que não são total ou parcialmente mantidas por recursos públicos. No Brasil, existem 16 instituições municipais de ensino superior.

— Essas instituições prestam grande serviço à educação. Infelizmente estão impedidas de serem atendidas pelo Prouni, e isso traz grande prejuízo não só para

a instituição, mas também para milhares de alunos — afirmou Sandoval.

O projeto aplica às instituições públicas as mesmas regras das privadas. É necessário oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para o equivalente a 10,7 estudantes pagantes. As escolas podem ainda optar por oferecer uma bolsa para cada 22 estudantes e, adicionalmente, bolsas parciais de 50% ou de 25%.

## Vantagens

A vantagem da adesão ao Prouni para a instituição privada é a isenção do pagamento de quatro tributos: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). As instituições públicas pagas têm imunidade em relação a impostos, mas não estão isentas de contribuições sociais.

O relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), considerou a proposta “inquestionável”. O relatório foi lido pelo senador Raimundo Lira (sem partido-PB). “Não visualizamos motivos pelos quais as instituições públicas não gratuitas não possam ser incluídas no rol das instituições contempladas pelo Prouni”, opina Cristovam no parecer.

# Colegiado aprova importação de material biológico humano para pesquisa e ensino

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto de Eduardo Amorim (PSDB-SE) que regula a importação de material biológico humano para pesquisas e ensino (PLS 484/2013).

A proposta permite a importação de pele, sangue, excreções, secreções, células-tronco, cadáveres, células somáticas e progenitoras, tecidos germinativos e outros.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), considera que essa importação é fundamental para as instituições de ensino e

pesquisa do país, principalmente num mundo globalizado, onde o desenvolvimento biotecnológico assume uma condição estratégica.

— Grande parte dos insumos utilizados na pesquisa científica brasileira é importada. Além do limitado orçamento destinado à ciência, o valor destes produtos no Brasil é, em média, três vezes superior ao praticado nos Estados Unidos e na Europa.

A proposta segue agora para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

# Projeto altera regras de repasse da União para compra de material escolar

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que regula a transferência de recursos da União para estados e municípios para compra de material escolar (PLS 74/2018).

De autoria do senador Telmário Mota (PTB-RR), o texto obriga a transferência de recursos através de convênios, com base no número de alunos matriculados na educação básica e no custo médio do material escolar em cada estado. Poderão ser usados recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino.

— Diante da renda baixa de muitos trabalhadores, é comum que crianças compareçam à escola sem os materiais escolares necessários. E entre os problemas a serem resolvidos visando oferecer uma educação de mais qualidade, a disponibilidade de bons materiais didáticos talvez seja um dos mais relevantes — afirmou Cristovam Buarque (PPS-DF), relator da proposta na CE.

O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

# Raimundo Lira se despede do mandato de senador

Raimundo Lira (PSD-PB) discursou ontem em despedida do Senado com um balanço. Ele destacou sua luta em favor dos municípios paraibanos. Lira também presidiu a comissão do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

— O presidente de um colegiado desse não protagoniza. Pelo contrário, dá lugar para que a democracia se manifeste pela diversidade de opiniões, pela garantia da palavra, voz e voto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Saída de cubanos não para Mais Médicos, diz Lasier

O senador Lasier Martins (PSD-RS) afirmou ontem que a saída dos cubanos que participavam do programa Mais Médicos não provocou falta de atendimento no interior do país, como previam críticos do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Para Lasier, bastou condicionar a permanência dos cubanos à revalidação do diploma e ao recebimento do salário integral para o governo de Cuba retirar seus médicos do país.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Paim destaca Declaração dos Direitos Humanos

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pelas Nações Unidas. No Brasil, disse Paim, houve avanços no respeito aos direitos e garantias individuais. No entanto, continuou, a concentração de renda, as desigualdades regionais, os crimes ambientais, o preconceito racial e as deficiências em saúde e educação revelam que há muito por fazer.



Jefferson Rudy/Agência Senado

# Ciro parabeniza emissora piauiense pelos 30 anos

Ciro Nogueira (PP-PI) registrou ontem os 30 anos da TV Antena 10, de Teresina, a serem completados no dia 19. Segundo o senador, a emissora contribuiu para a integração do estado e foi pioneira no uso de novas tecnologias, o que melhorou a qualidade das imagens.

— A vasta programação é resultado do trabalho competente de um quadro de jornalistas e outros profissionais do mais alto nível.



Jefferson Rudy/Agência Senado